



A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL
ALINE VIERO KOWALSKI
VIVIANE FRANCESCHETTO DE MENEZES

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar a incorporação da Responsabilidade Social na gestão acadêmica, tendo como referência teórica as contribuições do Instituto ETHOS entre outros autores e, como fontes empíricas, os dados parciais extraídos de uma pesquisa que vem sendo realizada no estado do Rio Grande do Sul sobre a temática da Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior (IES). Trata-se de um estudo quanti-qualitativo que utiliza uma série de técnicas de pesquisa para apreender o objeto de estudo na sua totalidade e que tem como matéria prima os Relatórios de Responsabilidade Social das IES que concorrem a uma premiação instituída pelo poder Legislativo do referido estado desde o ano de 2000 e que tem, como objetivo, estimular a publicação desses Relatórios como expressão da incorporação da temática na gestão das organizações. A importância de uma pesquisa dessa natureza decorre das determinações legais que se impõem às IES, por parte do Ministério da Educação, que incorporou essa dimensão na avaliação das mesmas. Aliada à questão legal, constata-se o crescente movimento das organizações do Brasil que, alinhadas ao movimento mundial, passam a incorporar essa pauta nos seus processos de gestão. As universidades, sendo consideradas organizações de referência da sociedade, encontram-se desafiadas a implementar a gestão socialmente responsável em uma perspectiva que possa colocá-las como vanguarda para as demais organizações da sociedade, o que justifica a relevância de estudos dessa natureza.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social; Gestão Universitária; Ensino Superior

Introdução

O presente artigo socializa os dados parciais da pesquisa intitulada: “A concepção e a gestão da Responsabilidade Social: Um estudo da realidade das universidades gaúchas”, iniciada em 2008, sob responsabilidade do Grupo de Estudos sobre Políticas de Ensino Superior e Formação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A referida pesquisa tem como objetivo geral: analisar a concepção e a gestão das universidades gaúchas no que se refere à prática da Responsabilidade Social. Sua relevância está associada ao crescente movimento global pela incorporação dessa temática na gestão das organizações e, particularmente, nas universidades, em decorrência da incorporação dessa dimensão nos mecanismos de avaliação institucional adotados pelo Ministério da Educação. No caso do estado do Rio Grande do Sul, a iniciativa do Poder Legislativo, expressa pela Lei n. 11. 440, de 18 de janeiro de 2000, em incentivar a publicação de Relatórios e/ou Balanços Sociais, tem sido um elemento que se soma aos demais para fomentar a prática da Responsabilidade Social. Assim, o artigo possui a seguinte estrutura: o primeiro item apresenta a contextualização do movimento de Responsabilidade Social; o segundo item apresenta o percurso metodológico da pesquisa e o terceiro item socializa os dados parciais da pesquisa que será concluída no ano de 2010.

Contextualizando a Responsabilidade Social das Universidades

O movimento da Responsabilidade Social passou a ser pauta na agenda dos empresários brasileiros nos anos 1990, sendo que as primeiras manifestações envolvendo empresários, comunidade, políticos e meios de comunicações aconteceram em 1996, a partir da forte atuação do sociólogo brasileiro Herbert José de Sousa, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), através da realização de uma campanha convocando os empresários a um maior engajamento social. Na ocasião, foi apresentada a idéia da elaboração e da publicação do Balanço Social Brasileiro (instrumento já utilizado desde 1977 na França). Desde então, o tema começou a se destacar no meio empresarial, principalmente com a criação em 1998, do Instituto ETHOS que elaborou material para ajudar as empresas a compreenderem e incorporarem o conceito da Responsabilidade Social no cotidiano de sua gestão (PASSADOR, 2002).

A idéia de Responsabilidade Social incorporada aos negócios é relativamente recente, pois com o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios, as empresas se vêem forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações. Além dessas características, é importante sublinhar que a temática da Responsabilidade Social, dada sua recente adoção no país, não possui uma única concepção, pois se verifica um conjunto de práticas sociais por parte das empresas que caracterizam, de forma diferenciada, o entendimento adotado neste artigo para a Responsabilidade Social.

No contexto atual, alguns termos como: Filantropia Empresarial, Ação Social, Investimento Social Privado, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, merecem destaque ao discutir-se a Responsabilidade Social. Para melhor compreendê-los, identificaram-se algumas concepções que vem sendo utilizadas para cada um desses termos que são descritas a seguir.

a) Filantropia Empresarial: Na raiz grega, o termo filantropia significa "amor à humanidade". Pode ser compreendida como "uma ação de caráter humanitário, que se traduz em promoção de doações isoladas, sem incorporar em sua cadeia de negócios a noção de Responsabilidade Social. O termo costuma levantar críticas, pois pode criar a ilusão de que a empresa está agindo de forma responsável socialmente, sem que isso se efetive na prática." (GUIA DA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA CORPORATIVA, 2005, p.28)

A filantropia "tem como base os princípios da caridade e da custódia e amor à humanidade" (KARKOTLI, 2006, p. 63). Por sua vez, a Filantropia Empresarial pode ser conceituada como "a ação social voluntária da empresa na comunidade, realizada de forma pontual, pouco profissional, pouco planejada e com pequeno impacto de mudança da realidade daqueles que são beneficiados" (Mostardeiro, 2002, p. 34)

b) Ação Social: Para Karkotli (2006, p.63) consiste na "ação de curto prazo com objetivo de satisfazer as necessidades em prol da sociedade ou de uma comunidade específica." Na pesquisa intitulada "*A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil*", cujos dados estão supracitados, considerou-se ação social "qualquer atividade que as empresas realizam, em caráter voluntário, para o atendimento das comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde e educação, dentre outras" (IPEA, 2006, p.04), incluindo desde pequenas doações eventuais para pessoas ou instituições até projetos maiores e estruturados.

c) Investimento Social Privado: Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), trata-se do "uso planejado, monitorado e voluntário de recursos

privados, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, em projetos de interesse público.” (GUIA DA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA CORPORATIVA, 2005, p.39)

d) Responsabilidade Social: Há diversas compreensões para esse termo, entre elas: “uma relação ética e transparente de uma organização com todas as suas partes interessadas visando ao desenvolvimento sustentável.” (ABNT/NBR 16001) Para Feijó (s.d, p.81), a Responsabilidade Social é compreendida como uma filosofia e uma prática empresarial voltadas para a viabilização de ações que levem a empresa ou instituição a comprometer-se com a comunidade em que se inserem. Isso significa respeitar seus funcionários, oferecendo-lhes um ambiente de trabalho favorável, propiciando-lhes treinamento, possibilidade de ascensão profissional e remuneração adequada, valorizando sempre a sua participação no processo de tomada de decisões. Significa, também, preservar o meio ambiente, praticar o consumo sustentável, desenvolver projetos comunitários e mobilizar os seus colaboradores para o trabalho voluntário. Esta consciência passa a ser gradativamente assumida pelas empresas modernas e hoje já se constitui num indicador importante para os profissionais que buscam trabalho e para os consumidores que anseiam por produtos e serviços.

Convém destacar que, para fins do presente artigo, adotou-se a concepção de Responsabilidade Social utilizado pelo Instituto ETHOS, ou seja, como:

“Uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários” (ETHOS, 2008).

O referido Instituto trabalha a Responsabilidade Social Empresarial como uma forma ética de conduzir os negócios de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento do país. Essa postura ética envolve a relação com todos os públicos de interesse dos negócios – fornecedores, acionistas, governo, funcionários e a comunidade. Já o Investimento Social Privado, pauta de trabalho do Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE), é uma especificação da Responsabilidade Social que ocorre quando a empresa decide profissionalizar ou institucionalizar sua ação social com a comunidade, ou seja, quando ela decide repassar recursos privados para fins públicos. Quando a empresa transfere para a área social seu *know-how* de gestão, planejamento, cumprimento de metas, avaliação de resultados para promover transformação social, ela está praticando investimento social privado.

e) Desenvolvimento Sustentável: O Relatório Brundtland, elaborado em 1987 pela comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. A partir dessa definição, podemos perceber que o conceito não se restringe ao impacto da atividade econômica sobre o meio ambiente. Atividade econômica, natureza e bem-estar social formam o tripé do desenvolvimento sustentável (GUIA DA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA CORPORATIVA, 2005, p.22).

Clareados os conceitos utilizados no presente texto, cabe indagar a relação entre o tema da Responsabilidade Social e as práticas das universidades. Estas últimas são

consideradas: “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.” (BRASIL, LDB, 1996, art.52). A referida LDB inaugurou um conjunto significativo de mudanças na concepção e na operacionalização do ensino e da gestão acadêmica. No que se refere às mudanças no arcabouço legal do ensino superior, é fundamental apontar para as alterações que vêm sendo processadas na universidade brasileira, a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno dos eixos: ensino, pesquisa, extensão, Responsabilidade Social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente, instalações e vários outros aspectos.

Dentre os objetivos do SINAES, destacamos o seguinte: “promover a Responsabilidade Social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia” (<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes>). Esse objetivo é desdobrado no artigo 3° da referida lei que afirma:

“III - a Responsabilidade Social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004).

O histórico compromisso social das Instituições de Educação Superior e a defesa de ideais humanísticos, na construção de uma sociedade mais justa e democrática, encontram muitos pontos de convergência no debate com relação ao seu papel no âmbito da Responsabilidade Social, assim como oferece oportunidades de inovação e elaboração de respostas críticas e criativas, procedentes do tensionamento que a própria realidade, as diferentes compreensões sobre a mesma e essas demandas, provocam.

Assim, para além do caráter legalista que a incorporação da Responsabilidade Social passou a ter nas universidades, em função da avaliação do órgão regulador, cabe ampliar a reflexão dessa dimensão. Ao afirmarmos que as universidades são organizações que intercambiam com as demais, isso significa que a sua função vai além da formação de profissionais, do fomento à cultura da produção do conhecimento e da oferta de serviços de extensão. Isso significa compreender que como organização comprometida com o desenvolvimento social, sua gestão não pode estar restrita ao cumprimento das suas funções precípuas (ensino, pesquisa e extensão), mas sim com o futuro desse desenvolvimento que passa, evidentemente, pelas suas funções, mas que requer significativas mudanças na concepção da sua função social nesse processo de desenvolvimento.

No novo modelo de gestão que se desenha para as universidades que se alinham a essa perspectiva, a Responsabilidade Social não é absorvida por uma mera exigência legal, mas pela crença de que a função da universidade pode ser ampliada, tornando-a artífice dos rumos do futuro do país, seja na formação dos futuros profissionais/cidadãos, no fomento a pesquisa e a produção de conhecimentos sintonizados com as reais demandas societárias e com a oferta de serviços extensionistas que se articulem aos demais setores da sociedade e que possam qualificar as ações dos mesmos.

Um dos documentos que destaca a preocupação com a incorporação do tema por parte das universidades é a Declaração oriunda do Congresso Internacional de Reitores Latino-Americanos e Caribenhos, organizado pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe e pela Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (IESALC-UNESCO) e a Universidade Federal de Minas Gerais em 2007, que representou o delineamento de políticas de educação superior. Neste Congresso ficou declarado pelos Reitores que tanto as universidades Latino-Americanas como as Caribenhas adotam o princípio da educação como bem público, de acordo com os valores de qualidade, pertinência, relevância, inserção e equidade, como direito universal. Para essas universidades, estar socialmente referenciada significa orientar os conteúdos dos processos educacionais e demais atividades fins para a satisfação das necessidades da vida social, em seus âmbitos individuais e coletivos, incluindo a superação de todo tipo de preconceito de natureza cultural, econômica, física e mental. As necessidades referem-se, à redução das iniquidades características das relações sociais vigentes na região, particularmente aos direitos básicos da cidadania democrática.

No marco da Declaração Mundial sobre a Educação para o século XXI, a UNESCO possui um papel de liderança na reflexão mundial sobre a reforma no ensino superior. Através do diálogo entre o poder público, as universidades e demais instituições de ensino e pesquisa, a UNESCO formula estratégias para incentivar o desenvolvimento e a qualidade no ensino, pesquisa e serviços de extensão. Entretanto, a educação superior vem sendo desafiada pelas dificuldades de financiamento e as novas oportunidades, referente à tecnologia, mas, o acesso a ela ainda é restrito e controlado. Apesar destes desafios, a UNESCO defende que a educação deve ser acessível a todos no decorrer da vida, sendo necessário assegurar a qualidade independentemente do nível de formação do aluno.

Neste aspecto, a referida Declaração enfatiza, também, a preservação do rigor científico e a originalidade para manter um nível indispensável de qualidade, sendo o estudante o centro das preocupações, dentro de uma perspectiva continuada, para permitir a integração total de estudantes na sociedade de conhecimento global do novo século. E, ainda, reafirma o direito à educação, assim como, o direito ao acesso e permanência. Potencializa o objetivo da universidade, sendo essa uma instituição que tem por missão transmitir e produzir novos conhecimentos por meio de três atividades fundamentais: ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento social, econômico e cultural de seu entorno.

A síntese dos documentos citados, anteriormente, e baseando-nos no conceito de Responsabilidade Social do Instituto Ethos, podemos afirmar, então, que as universidades estão sendo demandadas a rever seus modelos de gestão acadêmica, propiciar o debate com relação à sustentabilidade, a sua contribuição com os processos de inclusão social e às novas concepções de educação superior que emergem no compasso das rupturas paradigmáticas que vem sendo implementadas nas organizações como um todo.

Destacam-se no novo cenário contemporâneo alguns processos de mudança que impõem às universidades novas respostas, tais como:

- A universidade está formando hoje a geração que vai operar a transição do mundo insustentável para o mundo sustentável, assim sua proposta de formação e sua estrutura de gestão necessitam estabelecer sintonia com as demandas e possibilidades que se descortinarão para essa geração. Para tanto, indica-se a requisição pela criação de estruturas acadêmicas e propostas curriculares que proporcionem aos futuros profissionais/cidadãos essa aproximação com a sustentabilidade dos processos societários em geral e, em particular, das suas profissões. (SILVA, 2008)

- A demanda por uma visão sistêmica desafia os currículos que, atualmente, reproduzem uma lógica e estrutura disciplinar para avançar na integração das dimensões filosófica, cognitiva e relacional na formação de um homem econômico, estético, social e ético. Para tanto, exige-se um alargamento das fronteiras entre os campos de saber, uma ampliação nas vivências acadêmicas, uma associação entre profissões e, fundamentalmente, uma revisão paradigmática do perfil de profissional que se deseja

formar. Esse perfil não pode estar restrito à formação para uma profissão, mas precisa incorporar uma forte sensibilização para o contexto em que as profissões se inserem e onde os sujeitos se constroem em uma perspectiva de totalidade, onde a escolha profissional é, apenas, parte dessa totalidade. (SILVA, 2008)

- A inclusão social só poderá ser feita por um Novo Mercado, o que requer a formação de novos padrões e novos comportamentos que poderão ser vivenciados no contexto acadêmico, através da aproximação com a realidade diversa, multicultural, desigual e contraditória em que vivemos. A mera discussão de temas dessa natureza pode ser acompanhada da inserção de sujeitos, grupos e movimentos sociais que vivenciam essa realidade no contexto cotidiano da universidade, trazendo-a para dentro dos “muros institucionais” e provocando rupturas com a reiterada fratura entre a academia e o “mundo real”. (SILVA, 2008)

- A formação da cidadania exige a necessidade de conhecer e experimentar-se na realidade social de forma que cada profissão crie seu objeto social, pois se compreende que toda a profissão possui uma dimensão social que se expressa em uma co-responsabilidade com o desenvolvimento sustentável de seu país e da sociedade em geral. Da mesma forma, há uma responsabilidade da universidade em formar profissionais para além das demandas do mercado, embora saibamos do contexto competitivo em que as universidades vivem no país em função da massificação dessa modalidade de ensino (SILVA, 2008).

Diante da constatação de que o tema da Responsabilidade é bastante recente e, ao mesmo tempo, vem desafiando a gestão das universidades, se identificou a relevância em realizar um estudo acerca dessa temática e que será apresentado no item a seguir.

Aspectos metodológicos do estudo

O tema desenvolvido na pesquisa aborda a Responsabilidade Social, tendo como delimitação a sua concepção e gestão nas universidades gaúchas. Para tanto, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: *Como as universidades gaúchas concebem e gerenciam a dimensão da Responsabilidade Social nas suas práticas institucionais?* O objetivo geral se propõe a analisar a concepção e a gestão das universidades gaúchas no que se refere à prática da Responsabilidade Social, visando subsidiar a produção de conhecimento e a gestão social das universidades.

Como desdobramentos do problema de pesquisa, formularam-se as seguintes questões norteadoras:

- Qual é o papel da universidade na disseminação da cultura e da prática da Responsabilidade Social?
- Quais são as tendências e os desafios para a gestão da Responsabilidade Social das universidades?
- Quais são as repercussões da gestão da Responsabilidade Social das universidades para os públicos com os quais as mesmas interagem?

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa que vem utilizando um conjunto de técnicas, instrumentos e procedimentos de pesquisa viabilizadores de uma aproximação com o objeto de estudo, quais sejam:

- Revisão do estado da arte sobre a temática da Responsabilidade Social;
- Análise documental (da legislação brasileira; de relatórios de Responsabilidade Social e/ou balanços sociais das universidades);
- Entrevistas e/ou questionários com gestores das universidades.

O universo das universidades que foram premiadas pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, através do Prêmio de Responsabilidade Social (Lei n. 11. 440, de 18

de janeiro de 2000), desde a sua criação no ano de 2000 até o ano de 2007 abrange quatorze Instituições de Ensino Superior (IES).

A amostra da pesquisa foi composta com base no seguinte critério: acesso impresso ou online dos Relatórios de Responsabilidade das IES certificadas. Assim, o universo da pesquisa foi reduzido de 14 para dez (10) IES, sendo que destas três (03) possuem relatórios impressos e sete (07) disponibilizam os relatórios em versão online. Assim, a amostra final da pesquisa, no que se refere à análise dos dados quantitativos, ficou em quatro (4) IES.

O tratamento dos dados da pesquisa vem sendo feito, a partir das seguintes técnicas:

- análise estatística, com base nos dados obtidos pela sistematização de mapas quantitativos. Estes mapas foram elaborados com base na extração e tabulação das informações constantes em quatro (04) relatórios referentes ao ano de 2007;

- análise de conteúdo, proposta por Pagés *et al* (1990), tendo como base os dados obtidos pela sistematização dos mapas qualitativos.

Neste artigo, propomo-nos a compartilhar os dados quantitativos coletados e analisados até o momento, pela equipe de pesquisa, e que serão apresentados no próximo item.

Resultados Parciais da Pesquisa

A fim de nos aproximarmos da atuação das universidades gaúchas, no que se refere ao desenvolvimento de ações de Responsabilidade Social, partimos do resgate da trajetória histórica do Prêmio da Assembléia Legislativa, referido anteriormente, que é a amostra desta pesquisa, constatou-se que 14 Universidades receberam o Certificado de Responsabilidade Social, como se confirma no quadro a seguir:

Quadro 1 – Universidades premiadas no Estado do Rio Grande do Sul e anos que receberam a certificação no período 2000-2007

UNIVERSIDADES	ANOS EM QUE FORAM CERTIFICADAS								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
1) Fundação Universidade de Passo Fundo (Universidade de Passo Fundo)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	08
2) Universidade Luterana do Brasil/ULBRA – Comunidade Evangélica Luterana São Paulo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	08
3) Universidade de Santa Cruz do Sul – Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – APESC – UNISC		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	07
4) Universidade Reg. do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE (UNIJUÍ)		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	07
5) Centro Universitário FEEVALE - Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo			2002	2003	2004	2005	2006	2007	06
6) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS		2001			2004	2005	2006		04
7) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI – Fundação Regional Integrada/FURI			2002	2003	2004			2007	04
8) Fundação do Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social/FUVATES – UNIVATES				2003	2004				02
9) Sociedade Educacional Três de Maio – Faculdade Três de Maio				2003	2004				02
10) Rede Metodista de Educação – IPA (Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista)					2004			2007	02
11) Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (Universidade Católica de Pelotas)						2005	2006		02
12) Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre							2006	2007	02
13) Fundação Universitária de Cardiologia			2002						01
14) Fundação Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ					2004				01
TOTAL	02	05	07	08	11	07	08	08	

FONTE: Sistematizado pelas¹ AUTORAS, 2008.

¹ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: nov. de 2008.

Baseado no universo de instituições, todas privadas, que receberam o Certificado de Responsabilidade Social da Assembléia Legislativa, podemos caracterizá-las da seguinte forma: nove (09) Universidades, dois (02) Centros Universitários e três (03) Faculdades.

Fazendo uma análise comparativa, com base na totalidade de IES existentes no estado do Rio Grande do Sul, é possível observar que das 109 Instituições de Ensino Superior gaúchas existentes no Estado, apenas 13% participaram do Prêmio, sinalizando o quanto a gestão da Responsabilidade Social das mesmas é incipiente e apontando para a importância de sensibilizá-las para a adoção dessa perspectiva de gestão.

Referente à aplicação de recursos observou-se que o maior investimento percentual das IES concentra-se no custo de pessoal (salário, benefícios; encargos). Neste item, todas as IES destinam percentuais de suas receitas para pagamento dos direitos trabalhistas em conformidade com o Artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que a maior aplicação de recursos é feita com a educação, variando de 1,53% a 3,42%. De outro lado, a menor aplicação encontra-se relacionada à saúde e segurança no trabalho, creche ou auxílio-creche e bolsas/estágio.

Com relação ao perfil do corpo funcional, as IES pesquisadas apresentam diferenças no que se refere à remuneração por sexo, pois se constatou diferenças entre o salário médio de homens e mulheres, sendo que as mulheres apresentam menores salários se comparados aos homens. Entretanto, no que se refere aos cargos de chefia entre homens e mulheres, esses se mostraram proporcionais, ou seja, em duas das IES analisadas as mulheres ocupam maior número de cargos de chefia, sendo que nas outras duas são os homens que ocupam maior parte de cargos de chefia.

Quanto ao número total de empregados, as mulheres constituem a maior parte dos quadros funcionais em relação aos homens, mas, contraditoriamente, continuam ganhando menos que os homens, mesmo quando ocupam o maior percentil de cargos de chefia, como os dados evidenciaram em duas IES.

Com relação aos dados relacionados à etnia, verifica-se uma diferenciação entre negros e brancos, com remuneração superior para os últimos. Chama a atenção que o percentual de cargos de chefia ocupado pelos negros não pode ser comparado com o dos brancos, pois esta última informação não é informada por nenhuma IES pesquisada.

Com relação à observância das IES para o Artigo 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que prevê que uma empresa com mais de 1001 empregados, caso em que se enquadram todas as IES pesquisadas, está obrigada a preencher 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, constatou-se que nenhuma das pesquisadas cumpre com essa cota estipulada em lei.

E, ainda, em atenção à Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (art.17, inciso IV), que prevê o número máximo de estagiários em 20% com relação ao quadro de pessoal, constatou-se que a mesma é respeitada por todas as IES pesquisadas, já que as mesmas se encontram dentro do limite estipulado pela referida lei.

A relação entre empregados e voluntários nas IES pesquisadas indica que em três delas há incorporação desse tipo de trabalhador, sendo que em uma IES o número é pouco significativo, se comparado ao número total de funcionários. Entretanto, em outra IES essa constatação se inverte, pois o número de voluntários perfaz 50% do número total de funcionários.

A relação entre a maior e a menor remuneração das IES pesquisadas oscila entre 19 e 38 vezes, revelando uma significativa desigualdade na política de remuneração dos funcionários. Entretanto, tratando-se de IES, é importante sublinhar que os cargos hierárquicos e a respectiva remuneração oscilam, de forma, significativa em função da titulação e do cargo que os funcionários ocupam.

Com relação ao investimento feito pelas IES nos Projetos, Ações e Contribuições Para a Sociedade identificou-se uma oscilação entre 1,89% a 13,59% da receita destinada para este fim. É importante destacar, também, que não há co-relação entre o porte e o respectivo percentual de investimento das IES, provavelmente, em função da natureza dessas ações que podem ser compreendidas como de maior ou menor prioridade por parte das IES pesquisadas.

As ações voltadas ao empreendedorismo, temática que ancora a discussão acerca do protagonismo das IES para sua promoção, apresentam um baixo percentual de aplicação, pois se constatou que apenas duas IES investem, entre 1,06% e 2,20% da sua receita, em ações dessa natureza.

As ações voltadas à segurança alimentar/combate à fome repetem a constatação anterior, com a constatação do investimento feito por, apenas, duas IES, significando uma aplicação de receita que oscila entre 0,05% e 0,01%.

Chama a atenção, nos dados coletados, a grande diversidade de ações das IES pesquisadas, com relação ao foco do investimento feito para as comunidades. Ações que, em alguns momentos, apresentam íntima relação com as demandas de formação dos alunos de graduação, como é o caso, das ações na área de assistência jurídica ou com a sua função social, como é o caso das ações na área de formação e capacitação.

Outro aspecto que merece destaque é o grande número de dados não informados pelas IES, especialmente, os que se referem aos de pessoas beneficiadas e aos valores investidos, revelando a necessidade de registrá-los para que se possa fazer uma apreensão da realidade dessas práticas.

Entretanto, quando estes dados são informados, identifica-se um significativo número de pessoas beneficiadas com essas ações que, necessariamente, não significa um grande investimento financeiro por parte das IES, pois o maior investimento neste tipo de ação foi de 6,22% sobre a Receita Bruta e o menor, desconsiderando os dados não informados, foi de 0,01% sobre a Receita Bruta das IES pesquisadas.

Do conjunto desses dados, é possível afirmar que a realização da presente pesquisa tem revelado a complexidade do trato do tema da Responsabilidade Social das IES, em função da recente incorporação da mesma e, também, pela ausência de modelos acerca da sua atuação. Ao mesmo tempo, o trabalho com os dados empíricos, apenas no que se refere aos dados quantitativos extraídos dos RRS, revela que as IES vêm investindo nessa área e imprimindo uma nova identidade na sua atuação com os diferentes públicos com os quais interagem.

Das quatro IES pesquisadas, constata-se que há uma concepção muito forte, por parte das mesmas, com relação à sua atuação socialmente responsável, marcadamente, na reiteração do entendimento de que essa atuação abarca, prioritariamente, a comunidade externa.

Os dados empíricos indicam um universo restrito a 13% da totalidade das IES do Rio Grande do Sul, sendo que essa participação vem sendo promovida pelas IES vinculadas ao setor privado, ficando a lacuna da participação daquelas vinculadas ao setor público. Com relação a esse percentual, cabe relacioná-lo com a natureza das IES, levando-nos a questionar se essa atuação não tem como principal motivação, a manutenção da filantropia, o que não revelaria um avanço das mesmas na revisão da sua atuação e nem, tampouco, função.

Conclusão

A prática da responsabilidade social é uma tarefa de grande complexidade, sendo significativos os avanços conquistados nos últimos anos nesta área, entretanto, ainda urgem esforços para concretizar uma relação sistemática e orgânica entre as IES e a sociedade.

A responsabilidade social da universidade não se resume em uma estratégia de marketing, uma divulgação impressa do balanço social ou ainda uma série de ações divulgadas em grande escala na mídia. Entende-se que a responsabilidade social da universidade compreende *ações reais* junto à comunidade e ao entorno social onde está localizada, de forma a fomentar o desenvolvimento social e cultural, assim como, possa subsidiar o atendimento básico que a comunidade venha demandar.

Com relação à incorporação da Responsabilidade Social nas universidades gaúchas, com base nos dados de uma das universidades pesquisadas, constatou-se que a *concepção* da Responsabilidade Social *tende* a ser vinculada às suas funções, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Com um destaque mais acentuado para a extensão, na perspectiva do atendimento às demandas das comunidades com as quais interage e, majoritariamente, promovendo a interação com o ensino. Ou seja, as demandas de formação dos alunos são supridas nos serviços de extensão e comunicadas pela universidade como ação de Responsabilidade Social. Neste sentido, caberia indagar: Se essa não fosse uma demanda de formação dos alunos, a universidade ofertaria tal serviço? Destaca-se, ainda, na concepção um distanciamento da perspectiva de ser esta um modelo de gestão da organização como um todo, o que fica evidenciado na fragilidade dos dados referentes ao público-interno e aos investimentos em meio ambiente.

Os Relatórios de Responsabilidade Social e/ou Balanços Sociais são instrumentos que não se reduzem a uma mera prestação de contas, mas são um importante documento de diagnóstico e gestão que reúne informações sobre as ações sociais das IES e, também, torna-se um valioso instrumento no auxílio de proposições para a melhoria de indicadores sociais ao médio e longo prazo.

Assim, a incorporação do tema da Responsabilidade Social nas Universidades ainda é recente. Requer que cada Universidade faça a discussão interna, amadureça suas concepções, revise sua missão e, ao optar por essa gestão, crie o seu modelo organizacional de acordo com sua identidade, cultura e posicionamento institucional.

Referências Bibliográficas

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.640, de 20 de junho de 2001. Prêmio Responsabilidade Social 2008. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/responsabilidadesocial/2008/lei.asp>>. Acesso em: nov. de 2008.
- _____. Informações sobre o Prêmio de Responsabilidade Social 2008. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em nov. de 2008.
- _____. Lei n. 11.440/00, de 18 de Janeiro de 2000. Certificado de Responsabilidade Social. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/PR-TRS.pdf>. Acesso em nov. de 2008.
- _____. Resolução de Mesa n. 578, de 2004. Prêmio Responsabilidade Social 2008. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/responsabilidadesocial/2008/resolucao.asp>>. Acesso em nov. de 2008.
- Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 07 de jan. de 2009.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes>>. Acesso em: 17 de setembro de 2008
- BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Relações de estágio. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União, de 26 de set. de 2008.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/lei8213.htm>>. Acesso em: 11 de dez. de 2008.

CALDERÓN, Adolfo I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. *In*: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Ano 23, nº34. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2005.

_____. Responsabilidade Social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. Revista da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior, Ano 24, nº 36. Brasília: Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior, 2006.

DECLARAÇÃO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE REITORES LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS. O Compromisso social das Universidades da América Latina e Caribe. UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 16 a 19 set. de 2007. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Documento%20final%20do%20congresso.pdf>>. Acesso em: 17 de set. de 2008

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI: Visão e Ação. Paris, 09 nov. de 1998.

ETHOS. Glossário, 2008. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/glossario/>. Acesso em: 23 de out. de 2008.

_____. Instituto Ethos. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em nov. de 2008.

FEIJÓ, J. Glossário, expressões, conceitos, estudos e documentos sobre Responsabilidade Social. Assessoria de Comunicação Social. Secretaria de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre, 93p.

GIFE. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Investimento Social Privado. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: nov. de 2008.

GUIA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA CORPORATIVA. Ano 1, 2005.

IBASE. Balanço Social IBASE: 10 anos. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: nov. de 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A iniciativa privada e o espírito público: Um retrato da ação social das empresas no Brasil. Brasília, setembro de 2002, 39p.

IPEA. A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Diretoria de Estudos Sociais – DISOC. Brasília, julho de 2006, 39p.

KARKOTLI, G.; ARAGÃO, S. D.. Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

_____. Responsabilidade Social Empresarial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MOSTARDEIRO, M. Conceitos & Conceitos. *In*: Revista Conexão Social, n. 08. Porto Alegre: MTL Editora 2002. nov./dez. de 2002.

PAGÈS, M.; BONETTI, M. de; GAULEJAC, V. de; DESCENDRE, D. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1990.

PASSADOR, C. S. A Responsabilidade Social no Brasil: uma questão em andamento. *In*: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct.2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044201.pdf>>. Acesso: 20/10/2008

PELIANO, A. M.; BEGHIN, N. Pesquisa Ação Social das Empresas, 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial.2002>>. Acesso em nov. de 2008.

SILVA, I. A. da. Oficina Ações da Universidade em Capital Social: A Experiência da PUCRS na Cidade de Porto Alegre. In: Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades: Inovação democrática e transformação social para cidades inclusivas no século 21. Porto Alegre, RS, 13 a 16/02/2008. PUCRS, Oficina 29, 15/02/2008. Material de apresentação.

_____. Palestra Responsabilidade Social: desafio à inovação e compromisso da educação superior. Capacitação Docente na PUCRS – Inovação Curricular: a sensibilização para as mudanças na Universidade. PUCRS, Porto Alegre, 17 a 19 de dezembro de 2007.

_____. Universidade e Responsabilidade Social. Revista PUCRS Informação. Ano XXXI, n. 38, mar./abr. de 2008. PUCRS: Porto Alegre, 2008.